

ATA DA 74a. SESSÃO, EM 5 DE SETEMBRO DE 1947.
PRESIDÊNCIA DO EXMO.SR.MINISTRO GEN.F.J.DA SILVA JUNIOR.
PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, O EXMO.SR. DR. WALDEMIRO GOMES FERREIRA.

Compareceram os Exmos. Srs. Ministros Drs. Cardoso de Castro e Vaz de Mello, Almte. Azevedo Milanez, Brigadeiros Amilcar V.Pederneiras e Heitor Váraday, Almte. Alvaro de Vasconcellos, Gen. Ary Pires, Drs. Bocayuva Cunha e Gomes Carneiro.

Deixou de comparecer, com causa justificada, o Exmo. Sr. Ministro Gen. Edgar Facó.

Às treze horas, havendo número legal, foi aberta a sessão.

Lida e sem debates, foi aprovada a ata da sessão anterior.

.....

Apelações julgadas na sessão secreta de 3 do corrente:

N.15.525 - R.G.do Sul. Rel. o sr. Ministro Dr. Vaz de Mello. Rev. o sr. Ministro Dr. Bocayuva Cunha. Apelante - A Prom. da 3a. Aud. da 3a. R.M. Apelado - Ø Pascacio Bissacot, processado como incursão na sanção do artigo 232 do C.P.M., tendo o Conselho de Justiça considerado transgressão disciplinar.- O Tribunal resolveu condenar o acusado ~~sama~~ a 3 anos de reclusão, como incursão na sanção do artigo 232 do C.P.M., contra os votos dos Srs. Ministro General Edgar Facó, que o condenava a 1 ano, ex-vi do artigo 207 e Gen. Ary Pires, que condenava o acusado a 2 anos, pelo crime previsto no artigo 232, e Dr. Bocayuva Cunha, que confirmava a sentença apelada.

N.15.542 - Paraná. Rel. o sr. Ministro Dr. Vaz de Mello. Rev. o sr. sr. Ministro Dr. Cardoso de Castro. Apelante - A Prom. da Aud. da 5a. R.M. Apelado - Francisco Borga, civil, absolvido do crime previsto no art. 181 § 3º, do C.P.M.- O Tribunal resolveu dar provimento à apelação para, reformando a sentença apelada, condenar o acusado a 1 ano de prisão, pelo crime previsto no artigo 181, § 3º, do C.P. M., contra os votos dos Srs. Ministros Dr. Cardoso de Castro, Brigs. Amilcar Pederneiras e Heitor Váraday, que confirmavam a sentença. Não tomou parte no julgamento o Sr. Ministro Dr. Bocayuva Cunha.

.....

A seguir, o Exmo. Sr. Ministro Almte Alvaro de Vasconcellos, pedindo a palavra pela ordem, declarou que não tendo comparecido à sessão de 3 do corrente e tendo lido na ata dos trabalhos do Tribunal, publicada no Diário da Justiça de ontem, a sua designação para fazer parte da Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de vencimentos da Justiça Militar, na 1a. instância, solicitava, por motivo de força maior, a sua dispensa da mesma Comissão. O pedido foi deferido.

.....

Em seguida, foram relatados e julgados os seguintes processos:

A P E L A Ç Õ E S

N.15.340 - C.Federal (Embargos) Rel. o sr. Ministro Dr. Cardoso de Castro. Rev. o sr. Ministro Dr. Vaz de Mello. Embargante - Ignacio Clementino Alves, primeiro sargento da ar-

(cont. da ata da 74a. ses. em 5.9.47)

armada, condenado a um ano e quatro meses, como incursão nos artigos 136 parágrafo 3º e 182, preâmbulo do C.P.M. Embargado - O Acordão deste Tribunal de 28 de maio de 1947.- O Tribunal resolveu desrespeitar os embargos, contra contra os votos dos Srs. Ministros Dr. Vaz de Mello - que os recebia, em parte, para condenar o embargante a 1 ano de prisão, pelo crime previsto no artigo 136 combinado com o artigo 182 do C.P.M.; Dr. Bocayuva Cunha - e Almte Álvaro de Vasconcellos - que condenavam o embargante a 6 meses de prisão, ex-vi do artigo 136 do referido Código. Não tomou parte no julgamento o Sr. Ministro Brig. Amílcar Pederneiras.

REVISÃO CRIMINAL

N. 428 - C.Federal. Rel. o sr. Ministro Dr. Bocayuva Cunha. Revisor o sr. Ministro Dr. Cardoso de Castro. Revisando - Geraúdo Margella Mello Mourão, condenado a 30 anos de reclusão, grau máximo do art. 21, c/c os arts. 67 e 68 do Dec. Lei n. 4766, de 1/X/42, por Acordão deste Tribunal de 27 de Julho de 1943.- Adiado o julgamento por ter pedido vista do processo o Sr. Ministro Dr. Gomes Carneiro.

.....

Apelação n. 15.573. S.Paulo - Relator - o Sr. Ministro Dr. Vaz de Mello; Revisor - o sr. Ministro Dr. Gomes Carneiro; Apelante - a promotoria da 2a. Auditoria da 2a. R.M.; Apelado - Luiz Leopoldi, sub-tenente do C.P.O.R., absolvido do crime previsto no artigo 237 do C.P.M.- Confirmou-se a sentença apelada, contra o voto do Sr. Ministro Dr. Gomes Carneiro, que condenava o acusado como incursão no grau mínimo do art. 237 do C.P.M. (Reproduz-se por ter sido publicada com omissões no Diário da Justiça de 4 do corrente).
147/

.....

Acham-se em mesa os seguintes processos: Desaforamento n. 67. Revisão Criminal n. 428. Recursos Criminais ns. 3.123 e 3.124. Apelações ns. 15.389 - 15.539 - 15.544 - 15.545 - 15.555 - 15.556 - 15.564 - 15.569 - 15.570 - 15.575 - 15.582 - 15.591 - 15.596 - 15.601 - 15.605 - 15.613 - 15.615 - 15.616 - 15.619 - 15.624 - 15.625 - 15.627 - 15.632 - 15.635 - 15.636 - 15.637 - 15.639 - 15.650 - 15.651 - 15.656 - 15.666..

.....

Foi, a seguir, encerrada a sessão.

The image shows four handwritten signatures in black ink, likely belonging to the members of the Supreme Federal Court who signed off on the minutes of the session. The signatures are written in a cursive script and are somewhat overlapping. The first signature on the left appears to be 'J. J. P. Lobo, Júnior'. To its right is another signature that includes 'M. M. P. P.'. Below these is a signature that reads 'D. M. de M.' followed by 'Magalhães'. At the bottom, there is a final signature that looks like 'Secundino'.